



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE



CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 04/09/2020



THE ALLIANCE
FOR CHILD PROTECTION
IN HUMANITARIAN ACTION



Rede Interinstitucional
para a Educação em
Situações de Emergência

Ponderar os Riscos: Encerramento e reabertura das escolas durante a COVID-19

No documento *Ponderar os Riscos: Encerramento e reabertura das escolas durante a COVID-19 - Quando, Porquê e Qual o Impacto?*, a **Aliança** e a **INEE** desenvolveram um quadro orientado para uma análise equilibrada, com vista a informar decisões que tenham por base o bem-estar holístico das crianças, no que se refere ao quando e ao porquê da reabertura das escolas.

A Aliança e a INEE apelam aos decisores políticos que integram os governos e, particularmente, os ministérios para que usem este documento, de modo a desenvolverem uma análise holística sobre o impacto do encerramento das escolas sobre o bem-estar de crianças e jovens, bem como no sentido de considerarem a reabertura segura das escolas.

Também apelamos às equipas de *advocacy*, aos coordenadores de clusters e às agências que tenham técnicos e técnicas destacadas nos ministérios para que cooperem com os governos nacionais no sentido de apoiar esta análise, com vista a que a mesma seja realizada de acordo com uma perspetiva centrada nas crianças.

FONTE: <https://inee.org/system/files/resources/CPHA-EiE%20Policy%20Paper%20v1.0%20PT%20LowRes.pdf>



UN News

OMS diz que reinfecção pelo novo coronavírus não parece ser evento frequente

É provável que seja baixa a possibilidade de pessoas serem reinfectadas pelo novo coronavírus, disse a agência de saúde da ONU na terça-feira (25), após relatos em Hong Kong de que um homem havia contraído o novo coronavírus pela segunda vez após um intervalo de mais de quatro meses.

Falando a jornalistas em Genebra, a porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Harris, manifestou a preocupação de que o fato pudesse gerar um novo alerta.

“Outra coisa importante a ser observada é que os números são muito, muito pequenos”, disse ela. “Portanto, este é um caso documentado em mais de 23 milhões e provavelmente veremos outros casos documentados. Mas parece não ser um evento regular, teríamos visto muitos mais casos.”

No entanto, Harris observou que a reinfeção sinalizada na segunda-feira foi significativa.

Mutações do vírus

De acordo com os cientistas da Universidade de Hong Kong que anunciaram o fato, as cepas de vírus que infectaram o homem com mais de quatro meses de intervalo eram diferentes.

“O importante aqui é que esta seja uma documentação clara”, disse o porta-voz da OMS. “Então, recebemos relatos anedóticos de vez em quando de pessoas que tiveram resultados negativos e depois positivos. E não ficou claro até este caso se era simplesmente um problema de teste ou se as pessoas estavam sendo infectadas pela segunda vez.”

As prioridades para a agência de saúde da ONU incluem entender “o que isso significa em termos de imunidade (das pessoas)”, continuou Harris.

“É por isso que temos muitos grupos de pesquisa rastreando pessoas, medindo anticorpos, tentando entender quanto tempo dura a proteção imunológica — a proteção imunológica natural — que não é a mesma de uma vacina.”

Até o momento, a OMS registrou quase 23,5 milhões de casos de infecção por COVID-19 em todo o mundo, com mais de 809 mil mortes.

A região das Américas é a mais atingida, com mais de 12,5 milhões de pessoas infectadas, seguida pela Europa (3,995 milhões), Sudeste Asiático (3,666 milhões), Mediterrâneo Oriental (1,840 milhão), África (1,007 milhão) e Pacífico Ocidental (460.991).

Iniciativa de vacinas ganha impulso

Em um desenvolvimento relacionado, a OMS disse que mais de 170 países estão cooperando em uma iniciativa global para produzir vacinas COVID-19 a preços justos, uma vez que estas sejam licenciadas e aprovadas.

A iniciativa de financiamento para vacinas COVAX envolve países e fabricantes; é liderada por OMS, Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e a aliança por vacinas Gavi.

Em um comunicado, a OMS disse que a COVAX tem o “maior e mais diversificado portfólio de vacinas COVID-19” do mundo com nove vacinas candidatas, mais nove “em avaliação e conversas em andamento com outros grandes fabricantes”.

A OMS descreveu o projeto como a única iniciativa global que está trabalhando com governos e fabricantes para garantir que as vacinas COVID-19 estejam disponíveis em todo o mundo para países de baixa e alta renda.

Mas insistiu que, para garantir doses suficientes de vacinas para proteger as populações mais vulneráveis — como trabalhadores de saúde e idosos —, o financiamento era necessário até 31 de agosto, prazo final.

FONTE: <https://news.un.org/en/story/2020/08/1070972>



Finanças digitais devem apoiar mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável, diz ONU

A crise social e econômica sem precedentes causada pela pandemia da COVID-19 jogou luz sobre o papel das finanças digitais de oferecer alívio a milhões de pessoas em todo o mundo, apoiando empresas e protegendo empregos e meios de subsistência.

Embora a pandemia demonstre os benefícios imediatos das finanças digitais, o potencial disruptivo da digitalização para transformar o mundo das finanças é imenso, segundo as Nações Unidas.

“A pandemia COVID-19 sobrecarregou os sistemas de saúde pública e perturbou as economias nacionais e locais. Já está levando dezenas de milhões de pessoas à pobreza extrema e exacerbando desigualdades de todos os tipos”, lembrou o secretário-geral da ONU, António Guterres.

“Em meio a essa turbulência, a tecnologia digital é uma tábua de salvação essencial, permitindo que bilhões de pessoas mantenham conexões com seus entes queridos, comprem necessidades diárias, preservem seus meios de subsistência e recebam ajuda do governo.”

Tecnologias de pagamentos por celular têm transformado esses aparelhos em ferramentas financeiras para mais de 1 bilhão de pessoas. O meio digital vem apoiando a inteligência artificial e big data no avanço de criptomoedas e criptoativos, empréstimos entre pares (peer-to-peer), plataformas de crowdfunding e mercados online.

Bancos têm investido mais de 1 trilhão de dólares em desenvolvimento, integração e incorporação de tecnologias emergentes. Em 2018, os investimentos em “fintechs” chegou a 120 bilhões de dólares, um terço do financiamento do capital de risco global.

Nesta quarta-feira (26), um novo relatório, “Dinheiro Público: Aproveitando a Digitalização para Financiar um Futuro Sustentável”, elaborado pela Força-Tarefa do Secretário-Geral da ONU para Finanças Digitais, estabelece uma ambiciosa Agenda de Ação.

A ideia central do documento é demonstrar como as finanças digitais podem ser aproveitadas de forma a empoderar cidadãos e cidadãs, enquanto contribuintes e investidores, para conceber uma transformação digital que melhor alinhe recursos públicos e privados às necessidades das pessoas, coletivamente expressas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O relatório destaca como bilhões de pessoas em todo o planeta respondem à pandemia da COVID-19 por meio de ferramentas digitais para trabalhar, consumir e se socializar. O documento argumenta que há uma oportunidade histórica de aproveitar a digitalização para colocar cidadãs e cidadãos, donos por excelência dos recursos financeiros mundiais, no controle das finanças para garantir que elas atendam a suas necessidades, hoje e no futuro.

A Força-Tarefa identificou cinco oportunidades catalisadoras para aproveitar a digitalização, alinhando o financiamento aos ODS. Juntas, elas cobrem grande parte das finanças globais:

- Alinhar os vastos fluxos dos mercados globais de capital com os ODS.
- Aumentar a efetividade e a prestação de contas do financiamento público que compõe parte significativa da economia global.
- Canalizar poupanças domésticas agregadas digitalmente para financiamento em desenvolvimento de longo prazo.
- Informar cidadãs e cidadãos sobre como associar seus gastos de consumo com os ODS.
- Acelerar o financiamento vital para o emprego e para o mundo das pequenas e médias empresas geradoras de renda.

A Agenda de Ação da Força-Tarefa é um chamado para a ação às empresas, formuladores de políticas e para os gestores de finanças fazerem o que for necessário para oferecerem oportunidades nesses contextos. A Agenda especifica não somente “o que” deve ser feito, mas “como”: investimentos, novas capacidades e inovações de governança “dão conta do serviço”.

A Força-Tarefa conclui que aproveitar a digitalização para o bem é uma escolha, não uma fatalidade impulsionada pela tecnologia. A Agenda de Ação indica ações necessárias para superar os riscos digitais que, se não forem mitigados, podem aprofundar a exclusão, a discriminação e as desigualdades, e separar as finanças das necessidades de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Para o secretário-geral da ONU, as tecnologias digitais, que estão revolucionando os mercados financeiros, podem ser um divisor de águas aos nossos objetivos comuns. “A Força-Tarefa de Financiamento Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proporciona liderança para aproveitarmos a revolução digital.”

Na opinião do administrador do PNUD e vice-presidente da Força-Tarefa, Achim Steiner, a pandemia da COVID-19 está revelando o incrível potencial de impacto transformador das finanças digitais.

“Transferências digitais permitem que governos ajudem as pessoas mais necessitadas. Plataformas de crowdfunding têm mobilizado recursos para materiais médicos e ações emergenciais e empréstimos baseados em algoritmos significam que pequenas empresas têm acesso mais rápido a recursos.”

“A velocidade da expansão dessas tecnologias é surpreendente, mas o progresso não é automático. Para a digitalização ser uma verdadeira força a favor dos ODS, os avanços tecnológicos devem estar combinados com políticas sólidas que empoderem cidadãos e cidadãos e permitam nosso sistema financeiro atender aos desafios urgentes de investimento que devem ser superados para construirmos um futuro melhor.”

Sobre a Força-Tarefa

A Força-Tarefa foi estabelecida pelo secretário-geral da ONU para recomendar e catalisar formas de aproveitar a digitalização, acelerando o financiamento aos ODS.

Ela reuniu 17 líderes dos setores de finanças, tecnologia, políticas, regulação e desenvolvimento internacional e envolveu centenas de instituições financeiras, governos, entidades reguladoras, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e grupos de especialistas em dezenas de países.

A Força-Tarefa é co-presidida por Achim Steiner (administrador do PNUD) e Maria Ramos (até recentemente CEO do grupo financeiro sul-africano ABSA).

Seus membros são Maiava Atalina Emma Ainuu-Enari, presidente do Banco Central de Samoa, Henrietta H. Fore, diretora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Mats Granryd, diretor-geral da associação global da indústria móvel GSMA, Piyush Gupta, CEO do Banco DBS, Natalie Jabangwe, CEO da EcoCash, Eric Jing, presidente-executiva do Grupo Ant, Bradley Katsuyama, fundador e CEO da bolsa de valores IEX, Poorna Kimis, diretor da Autonomous Research.

Também são membros Liu Shenmin, subsecretário-geral do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA-ONU), Phumzile Mlambo-Ngcuka, subsecretária-geral da ONU e diretora-executiva da ONU Mulheres, Ambareen Musa, fundadora e CEO da Souqalmal, Patrick Njoroge, presidente do Banco Central do Quênia, Ceyla Pazarbasioglu, vice-presidente do Banco Mundial, Richard Samans, diretor administrativo do Fórum Econômico Mundial, Aurelie Adam Soule Zoumarou, ministro da Economia Digital e Comunicações do Benin.

Os membros da Força-Tarefa trabalham de forma pessoal, sem representarem, necessariamente, suas organizações. Alemanha, Itália e Suíça apoiam a Força-Tarefa com financiamento.

FONTE: <https://digitalfinancingtaskforce.org/>.



Famílias com crianças e adolescentes são mais afetadas pela pandemia no Brasil, diz pesquisa do UNICEF

Brasileiros que vivem em domicílios com crianças e adolescentes foram os mais impactados pela redução da renda, pela insegurança alimentar e pela fome. Foto: UNICEF/Elias Costa

Famílias com crianças ou adolescentes foram as mais afetadas pela crise provocada pela COVID-19 no Brasil. É o que revela a pesquisa *Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes*, lançada na terça-feira (25) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Realizada pelo Ibope em todo o país, a pesquisa mostra que os brasileiros que vivem com pessoas menores de 18 anos em casa foram a maioria entre aqueles que tiveram redução de rendimentos, ficaram sujeitos à insegurança alimentar e, inclusive, à fome, entre outros desafios.

“Embora crianças e adolescentes não sejam os mais afetados diretamente pela COVID-19, a pesquisa deixa claro que eles são as grandes vítimas ocultas da pandemia”, afirma Paola Babos, representante adjunta do UNICEF no Brasil.

“Suas famílias tiveram as maiores reduções de renda, a qualidade da alimentação que recebem piorou, e muitos de seus direitos estão em risco. É fundamental entender esses impactos e priorizar os direitos de crianças e adolescentes na resposta à pandemia.”

A pesquisa revela, também, que grande parte das crianças e dos adolescentes — tanto de escolas particulares quanto públicas — continuou tendo acesso à aprendizagem na pandemia.

No entanto, 9% não conseguiram continuar a aprendizagem em casa, ampliando a exclusão no país. Entre os 91% das crianças que seguiram com acesso à educação, uma porcentagem significativa não consegue estudar de maneira regular.

“Os resultados deixam claro que o acesso a direitos ocorre de forma desigual no Brasil. Com a pandemia, as disparidades podem se agravar, impactando fortemente quem já estava em situação de vulnerabilidade”, explica Paola.

Diante desse cenário, o UNICEF reforça o apelo para que o país dê prioridade às crianças e aos adolescentes na resposta à COVID-19. Isso significa destacar e priorizar os direitos e necessidades de meninas e meninos nos orçamentos, programas e projetos, visando mitigar os impactos da crise — em curto, médio e longo prazos — na vida de crianças, adolescentes e suas famílias.

Confira, a seguir, os principais pontos da pesquisa:

Impactos na renda familiar

A crise provocada pela COVID-19 afetou diretamente a renda dos brasileiros. Segundo a pesquisa, 55% afirmam que o rendimento de seus domicílios diminuiu desde o início da pandemia. Os impactos foram maiores nas famílias com crianças e adolescentes. Dessas, 63% viram sua renda diminuir.

A redução também está mais presente nas camadas mais pobres: 67% daqueles com renda familiar de até um salário mínimo tiveram redução de rendimentos, contra 36% daqueles com renda familiar de mais de 10 salários.

O auxílio emergencial foi pedido por 46% dos brasileiros entrevistados. Entre quem vive com crianças e adolescentes, o percentual chegou a 52%. Dos que pediram o auxílio, 25% não foram considerados elegíveis ou ainda não receberam o auxílio. O desemprego também foi maior entre famílias com crianças e adolescentes.

“A pesquisa deixa claro que os impactos econômicos e sociais da pandemia afetam mais crianças, adolescentes e suas famílias. Para além dos benefícios temporários, é importante que os programas regulares de proteção social incluam, de maneira sustentável, todas as famílias vulneráveis”, afirma Lilita Chopitea, chefe de políticas sociais, monitoramento e avaliação do UNICEF no Brasil.

“Por isso, precisam ser focalizados nas que mais precisam, aquelas com crianças que já apresentavam altos índices de vulnerabilidades, acentuadas pela pandemia. Em momentos de planejamento fiscal e orçamentário, é fundamental olhar a proteção social não como um gasto e sim como um investimento no presente e no futuro do país.”

Segurança alimentar e nutricional

A pandemia tem afetado a segurança alimentar e nutricional no país. Quase metade da população brasileira (49%) reportou mudanças nos hábitos alimentares desde o início da pandemia da COVID-19. Entre as famílias que residem com crianças e adolescentes, o impacto foi ainda maior: 58%.

Entre as mudanças alimentares, o aumento do consumo de alimentos não saudáveis foi fortemente citado. Segundo a pesquisa, 31% das famílias com crianças e adolescentes passaram a consumir mais alimentos industrializados, tais como macarrão instantâneo, bolos, biscoitos recheados, achocolatados, alimentos enlatados, entre outros.

Entre as famílias que não residem com crianças e adolescentes, esse aumento no consumo foi de 18%. Outro destaque foi o aumento do consumo de refrigerantes e bebidas açucaradas e do consumo de alimentos preparados em restaurantes *fast-food* (hambúrgueres, esfirras ou pizzas).

Ao mesmo tempo, o cenário de insegurança alimentar e nutricional no país ficou acentuado. Segundo a pesquisa, um em cada cinco brasileiros (21%) passou por algum momento em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para comprar mais.

Novamente, a situação é mais preocupante entre aqueles que residem com crianças e adolescentes, em que o percentual chegou a 27%. Além disso, 6% disseram que tiveram fome e deixaram de comer por falta de dinheiro para comprar comida (9% entre quem vive com crianças e adolescentes).

“Estamos diante de um cenário preocupante de má nutrição. Por um lado, percebemos o aumento do consumo de alimentos não saudáveis, que contribui significativamente para o aumento do excesso de peso e das doenças crônicas não transmissíveis”, afirma Cristina Albuquerque, chefe de Saúde do UNICEF no Brasil.

“Por outro lado, vemos o aumento da insegurança alimentar e nutricional que pode levar à desnutrição e deficiência de micronutrientes. A má nutrição tem impactos preocupantes no desenvolvimento das crianças, em especial nos primeiros anos de vida.”

“Essa situação impacta prioritariamente as populações mais vulneráveis com efeitos a longo prazo. É fundamental atuar imediatamente para reverter esse cenário e garantir o acesso de meninas e meninos a uma alimentação adequada e saudável.”

Direito à educação

Na educação, a pandemia mudou a rotina de crianças, adolescentes e famílias. Com o fechamento das escolas, o UNICEF estima que 44 milhões de meninas e meninos ficaram longe das salas de aula no país.

O cenário, no entanto, não quer dizer que todos ficaram sem aulas. Segundo a pesquisa, 91% dos brasileiros que moram com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que estavam matriculados na escola antes da pandemia afirmaram que eles continuaram realizando, em casa, as atividades escolares durante a pandemia (sendo 89% dos matriculados em escolas públicas e 94% nas particulares).

Há, no entanto, 9% de crianças e adolescentes que estavam na escola antes da pandemia e não conseguiram continuar as atividades em casa — ficando excluídos da escola.

Entre quem conseguiu, a maioria dos estudantes (87%) passou a realizar as atividades pela internet — 97% entre estudantes em escolas particulares e 81% nas escolas públicas. No entanto, o nível de frequência mostra divergências significativas. Nos cinco dias da semana anteriores à pesquisa, 63% dos estudantes receberam tarefas e atividades escolares, enquanto 12% não receberam tarefa nenhuma e 6% somente em apenas um dia — ficando assim à margem do processo de aprendizagem.

Tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, a comunicação com as famílias se manteve ativa. Segundo a pesquisa, 68% afirmam ter recebido contatos da escola para informar progressos das crianças nas atividades (71% nas particulares e 65% nas públicas). Além disso, 48% afirmam que a escola entrou em contato para saber como estava a situação da casa e das crianças e dos adolescentes. Nesse ponto, o contato foi maior para quem tem filhos em escolas públicas, 51%, versus particulares, 44%.

“A pesquisa reflete o esforço das escolas e redes de ensino em manter o direito de aprender. Mesmo com a pandemia, a maioria das escolas manteve o contato com as famílias, o que é fundamental para entender a situação dos estudantes e aprimorar as atividades oferecidas de forma remota”, afirma Ítalo Dutra, chefe de Educação do UNICEF no Brasil.

“Por outro lado, a pandemia aumentou as desigualdades. Isso se reflete nos percentuais de meninas e meninos que não conseguiram manter a aprendizagem em casa. Diante da crise provocada pela COVID-19, há que se ter um esforço ainda maior para que a exclusão escolar não aumente no país.”

Sobre a pesquisa

A pesquisa *Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes* foi realizada pelo Ibope para o UNICEF. A amostra contou com 1.516 entrevistas, representativas da população do País. As entrevistas foram realizadas por telefone, de 3 a 18 de julho de 2020. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/familias-com-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-ocultas-da-pandemia-revela-pesquisa-do-unicef>

scientific reports

Um modelo de contágio baseado em percolação em rede de propagação e recessão de enchentes em redes viárias urbanas

Neste estudo, os autores propõem um modelo de contágio como uma abordagem matemática simples e poderosa para prever a expansão espacial e a evolução temporal do início e recuo das águas de inundação em redes rodoviárias urbanas. Os pesquisadores integraram o modelo de contágio de inundação ao processo de percolação da rede, no qual a probabilidade de inundação de um trecho de estrada depende do grau de inundação dos trechos de estrada próximos.

A aplicação do modelo proposto é verificada usando dados históricos de alta resolução de inundações de estradas no condado de Harris durante o furacão Harvey em 2017. Os resultados mostram que o modelo pode monitorar e prever a fração de estradas inundadas ao longo do tempo. Além disso, o modelo proposto pode atingir 90% de precisão e recall para a distribuição espacial das estradas inundadas na maioria dos intervalos de tempo testados.

FONTE: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-70524-x>



Os riscos sistêmicos podem ser governados com eficácia?

Este é o quinto de uma série de oito artigos com coautoria de Marc Gordon (@Marc4D risk), UNDRR e Scott Williams (@Scott42195), construindo o capítulo sobre 'Risco Sistêmico, Estrutura de Sendai e Agenda 2030' incluído no Relatório de avaliação global sobre redução do risco de desastres 2019. Estes artigos exploram a natureza sistêmica do risco tornado visível pela pandemia global COVID-19, o que precisa mudar e como podemos fazer a mudança de paradigma da gestão de desastres para a gestão de riscos.

A governança geralmente se refere a ações, processos, tradições e instituições (formais e informais) para alcançar e implementar decisões coletivas. A governança de risco é “a totalidade de atores, regras, convenções, processos e mecanismos preocupados com a forma como as informações de risco relevantes são coletadas, analisadas e comunicadas e como as decisões de gestão são tomadas”. A governança de risco geralmente está associada à questão de como permitir que as sociedades se beneficiem da mudança, o chamado “risco positivo” ou oportunidade, ao mesmo tempo que minimiza o risco negativo ou perdas. Em contraste, o risco sistêmico é geralmente visto como risco de queda.

Conforme ilustrado pelo COVID-19, a compreensão do risco sistêmico, por definição, leva a um colapso, ou pelo menos a uma disfunção importante, do sistema como um todo. Avaliar, comunicar e gerenciar - em suma, governar - o risco sistêmico é composto pelo potencial de perdas em cascata entre os sistemas socioeconômicos interconectados. As perdas podem cruzar fronteiras políticas (incluindo fronteiras municipais e nacionais), podem violar irreversivelmente as fronteiras do sistema e podem impor fardos intoleráveis a países inteiros. A governança de risco sistêmico também é confundida por dificuldades quase intratáveis na identificação de agentes causais e na atribuição ou atribuição de responsabilidades.

O que precisa ser configurado para que as instituições possam controlar o risco sistêmico? Como qualquer fenômeno emergente, o risco sistêmico não pode ser medido pela quantificação de cada uma das partes contribuintes. Isso significa que a governança eficaz deve considerar os elementos interconectados e as interdependências entre os riscos individuais, dentro e entre os sistemas.

Para tanto, uma perspectiva de rede, com atenção aos nós ou agentes interconectados, é útil. Os tomadores de decisão individuais e institucionais também precisam de maior responsabilização e responsabilidade, por exemplo, através do estabelecimento do princípio da responsabilidade coletiva.

A governança do risco sistêmico requer novas estruturas institucionais. Isso foi reconhecido após a crise financeira global em 2008. Antes disso, os sistemas de alerta precoce (EWS) estavam em vigor para identificar sinais precursoros e anomalias no

desempenho geral do complexo sistema financeiro. No entanto, eles falharam em detectar o que agora é entendido como sinais claros. Em 2007, a probabilidade estimada de ocorrência de uma crise financeira situava-se entre 0,6% e 3,4%.

Os sistemas financeiros operam em silos. Os constituintes operam a partir de sua perspectiva e dentro de seus mandatos. No entanto, esses sistemas costumam ser corrompidos. Ou eles se comportam de uma maneira que é subótima ou pró-cíclica em um nível de sistema, reforçando assim a dinâmica subjacente. Poucas organizações têm os recursos para investigar em nível de sistema, muito menos em nível de sistema de sistemas. Conseqüentemente, a propriedade do problema costuma ser perdida.

A crise financeira global levou ao desenvolvimento de novas - ou à reformulação de antigas - instituições e mecanismos para identificar, e idealmente prevenir, riscos sistêmicos futuros no sistema financeiro. Porém, as estruturas de governança pós-crise continuam insuficientes para evitar uma nova crise financeira - ou a realização de outros riscos sistêmicos, como a atual pandemia de COVID-19.

A crise financeira concentrou a atenção nas interdependências globais e nos riscos em cascata com consequências potencialmente catastróficas. Mas há um número preocupante de outros gatilhos potenciais. Estes incluem, entre outros, eventos climáticos extremos, conflito armado, migração forçada, interrupções do sistema alimentar, escassez de alimentos e água, digitalização não regulamentada, perda de biodiversidade e pandemias zoonóticas como COVID-19. A crise climática é um risco sistêmico com impactos potencialmente catastróficos em cascata pelos sistemas financeiro, ecológico e social. A mudança climática também tem um dos regimes de governança global mais desenvolvidos.

Nem a governança do sistema financeiro nem o sistema climático podem reivindicar o sucesso total. Mas ambos aumentaram a consciência da necessidade e da complexidade espaço-temporal dos regimes de governança para lidar com os riscos sistêmicos em escala global. Além disso, os regimes de governança financeira e climática chamaram a atenção para a complexa teia de desafios. Um grande desafio é estabelecer a atribuição causal de perdas sistêmicas como base para a atribuição de responsabilidades e responsabilidades. Isso é essencial para a governança de risco.

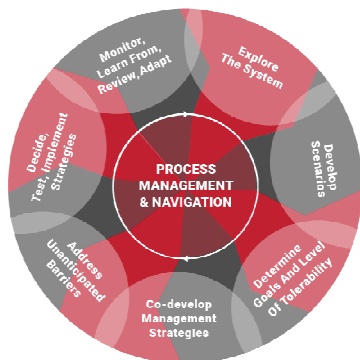
A atribuição em relação ao risco sistêmico geralmente não é clara, em particular quando existem grandes incertezas na determinação dos efeitos causais em regiões geoespaciais complexas, em todas as partes interessadas e em vários setores. Por exemplo, os especialistas geralmente concordam que as mudanças climáticas amplificam o risco de secas e inundações extremas em algumas regiões. No entanto, atribuir perdas de qualquer evento às mudanças climáticas induzidas pelo homem ainda é inatingível. Como observamos na pandemia COVID-19, a atribuição é ainda mais complicada, pois o risco sistêmico pode evoluir até a escala macroscópica global, por meio de interrupções na escala microscópica; as chamadas “propriedades sem escala”, ou através de um

comportamento que não está diretamente ligado à interrupção que causa em um sistema específico.

Assim, a dificuldade de atribuição de responsabilização limita o espaço de solução para a redução dos riscos sistêmicos. Também dificulta o desenvolvimento urgente de uma visão conjunta que defina abordagens claras para a gestão e o desenvolvimento de respostas de políticas muito necessárias em escalas apropriadas.

Outro desafio, embora não seja exclusivo do risco sistêmico, é a incerteza muitas vezes profunda em torno dos gatilhos, exposição e consequências em cascata. A adoção de uma abordagem de sistemas que leva em conta a dinâmica da rede e os processos sociais pode formar uma base para a concepção de abordagens de governança de risco neste contexto.

Além da incerteza, a falta de compreensão da natureza sistêmica de muitos contextos de risco representa um desafio mais assustador. Uma sugestão tirada da comunidade de risco climático é usar um processo de aprendizagem de ciclo triplo, da reação à reformulação e, finalmente, à transformação. Isso também está de acordo com as sugestões feitas para uma estrutura de gestão de risco adaptativa com foco em soluções com múltiplos benefícios.



A necessidade de processos de especialistas inclusivos para as partes interessadas está no centro de qualquer estrutura de governança de risco, incluindo a governança de risco sistêmico. Eles são importantes para co-projetar e cogerar informações, evidências e respostas ou soluções. Embora a importância da adesão das partes interessadas tenha se tornado clara, existem desafios especiais para os riscos sistêmicos. Por um lado, a natureza em cascata e incerta das perdas significa que as comunidades de partes interessadas são mal definidas e frequentemente ultrapassam as fronteiras políticas. Devido à incerteza, as questões são caracterizadas por perspectivas variadas sobre a natureza do problema e sua solução, bem como diferentes “construtos de risco” por parte das comunidades de interessados.

Para os “realistas”, os riscos podem ser avaliados objetivamente em termos de probabilidade e impacto. Já para os “construtivistas”, a existência e a natureza do risco derivam de seu contexto político, histórico e social. Ou seja, é construído.

As duas visões divergentes podem ter um impacto significativo para a implementação de políticas. A modernidade depende reflexivamente do aumento da complexidade para gerenciar os próprios riscos que cria. Estes, por sua vez, causam desastres que muitas vezes estão embutidos na construção de organizações e instituições sociais. Consequentemente, as abordagens iterativas são mais capazes de determinar conflitos potenciais e possíveis soluções, identificando sinais precursores ou anomalias no desempenho do sistema o mais cedo possível.

A agência humana pode desempenhar um papel menos importante em algumas considerações de risco sistêmico (por exemplo, nos riscos da cadeia de suprimentos) do que em outras (por exemplo, uma pandemia como COVID-19). É importante considerar isso para as abordagens de governança correspondentes. A questão está relacionada à complexidade ótima para governar o risco sistêmico. Ou seja, quão detalhada deve ser a abordagem, visto que os recursos são sempre limitados.

No caso de sistemas complexos e riscos sistêmicos, as medidas e abordagens atuais representam uma coleção de tentativas fracassadas. No entanto, as abordagens estão aumentando a conscientização e enfrentando os desafios. Isso pode lançar luz sobre aspectos críticos do que é em si uma questão complexa - governança de risco sistêmico.

Abordagens emergentes (por exemplo, as diretrizes de governança de risco sistêmico do International Risk Governance Center (IRGC)) buscam resolver o difícil problema de avaliar ou medir o risco sistêmico, de modelar consequências em cascata, de aplicar diferentes instrumentos de gestão e de implementar processos participativos.

A implementação bem-sucedida de tais abordagens de governança de risco sistêmico pressupõe flexibilidade e adaptação (contínua) ao contexto (ou seja, a adoção de um processo iterativo). É dependente de uma liderança forte (com foco de médio a longo prazo), para provar a disposição para adaptar ou revisar processos muitas vezes não lineares e não sequenciais e a disposição para aceitar e resolver trade-offs. Aplicar percepções de análises de risco mais convencionais, comunicação de risco e gerenciamento de risco para conectar o risco sistêmico com abordagens de governança de risco mais tradicionais pode acelerar a transição do gerenciamento de desastres para o gerenciamento de riscos.

O próximo artigo da série (# 6 de 8) desenvolve essa exploração de alguns dos elementos necessários a serem considerados para a governança de risco sistêmico. Ele enfoca a importância de construir inteligência coletiva para entender como as partes dos sistemas estão relacionadas. Ele também explora as implicações para melhorar as respostas

políticas diretas e indiretas em contextos de risco sistêmico desafiadores e dinâmicos, como a pandemia COVID-19.

FONTE: <https://www.preventionweb.net/news/view/71286>



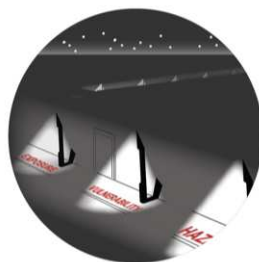
Por que a compreensão da natureza sistêmica do risco é importante no COVID-19?

Este é o primeiro de uma série de oito artigos com coautoria de Marc Gordon (@Marc4D risk), UNDRR e Scott Williams (@Scott42195), construindo o capítulo sobre 'Risco Sistêmico, Estrutura de Sendai e Agenda 2030' incluído no Relatório de avaliação global sobre redução do risco de desastres 2019. Estes artigos exploram a natureza sistêmica do risco tornado visível pela pandemia global COVID-19, o que precisa mudar e como podemos fazer a mudança de paradigma da gestão de desastres para a gestão de riscos.

Existem implicações profundas em fazer a mudança para uma compreensão holística do risco como uma topografia tridimensional dinâmica que muda constantemente ao longo do tempo. Esta série de artigos desenvolverá abordagens atuais e emergentes para avaliar e analisar riscos sistêmicos; as características fundamentais dos riscos sistêmicos; algumas das abordagens possíveis para governança de riscos sistêmicos; a importância de construir inteligência coletiva e gerar informações relacionais para melhorar nossa capacidade de sermos sensíveis às interdependências e garantir que as respostas aos riscos sistêmicos sejam informadas por uma perspectiva sistêmica; e, finalmente, apresentar o Quadro de Avaliação de Risco Global (GRAF),



Understanding risk is more than just understanding hazards



Linking an understanding of multiple hazards, plus exposure and vulnerability gives a clearer picture of risk



Interconnecting all our knowledge is complex, but the better linked the data, the better the interconnected nature of risk is explained

“Tudo parece ser tudo o mais, e eu me perco nisso”, Gregory Bateson

O preâmbulo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável afirma que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são integrados e indivisíveis, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. É provável que este século seja dominado pelo surgimento de riscos dinâmicos em grande escala, como a pandemia global COVID-19, que permeia inerentemente essas três dimensões. A Estrutura Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 (a Estrutura Sendai) reflete a certeza de que, em uma sociedade cada vez mais populosa, em rede e globalizada, a própria natureza e escala do risco mudou e continua mudando, a tal ponto que ultrapassa as instituições e abordagens de gestão de risco estabelecidas. A natureza sistêmica dos eventos recentes surgidos desde o surto inicial de COVID-19 no final de 2019 carrega o potencial de gerar diversos tipos de danos e destruição simultaneamente, até mesmo para os sistemas de suporte de vida de partes muito grandes das sociedades e economias. O risco sistêmico é uma lente crítica para orientar a ação agora e no futuro.

Com mudanças não lineares na intensidade e frequência dos perigos - uma realidade agora cada vez mais bem compreendida pelos cidadãos e formuladores de políticas em todo o mundo - o imperativo para maior ambição e ação sistêmica acelerada é claro. COVID-19 obriga novas abordagens conceituais e analíticas para melhorar a compreensão e gestão da dinâmica de risco e fatores de risco complexos e em cascata em uma variedade de escalas espaciais e temporais. Compreender a natureza dinâmica e interativa - das pandemias zoonóticas e outros riscos sistêmicos - exige que prestemos atenção às interações e interdependências entre os perigos físicos, tecnológicos, sociais e ambientais, e uma atenção redobrada ao “metabolismo antropogênico”.

Comunidades técnicas têm usado e continuam a usar modelos para "ver" melhor o risco no presente ou no futuro próximo e, portanto, a visão do risco é inerentemente moldada pelas ferramentas usadas para descrevê-lo. A maioria dos modelos baseou-se em dados históricos e observações, assumindo que o passado é um guia razoável para o presente e o futuro. No entanto, a pandemia global COVID-19 tornou essa suposição obsoleta em quase todas as fronteiras: pelo grande número de seres humanos em quase todas as nações da Terra agora infectadas e pela conexão dinâmica e global dos mundos biológico e físico, indivíduos e comunidades .

A certeza das mudanças não lineares de curto prazo nos chama a revisitar a suposição crítica da relação entre risco passado e futuro. O Sendai Framework adotado há quase exatamente cinco anos, define uma nova era para a classificação, descrição e gerenciamento de risco. Estipulou que a comunidade global deve chegar a um novo entendimento da natureza dinâmica dos riscos sistêmicos, estabelecer novas estruturas

para governar o risco em sistemas complexos e adaptativos e desenvolver novas ferramentas para tomada de decisão informada sobre o risco e investimentos que permitam sociedades humanas viver na e com a incerteza. A pandemia global COVID-19 tornou visível a ausência de esforços significativos por parte de países e cidades em todo o mundo para chegar a um acordo com as limitações de uma visão fragmentada, perigosa e isolada da gestão de riscos. Agora é o momento para o diálogo com as diversas partes interessadas e as ações necessárias para refinar, estender e aprimorar a capacidade de compreender e gerenciar os riscos sistêmicos desencadeados pelo COVID-19. Mas temos coragem de confiar uns nos outros? Como podemos construir essa confiança? Como isso se parece em uma era de distanciamento físico que exige que quase todas as interações humanas estejam online?

Como ficou aparente até agora em 2020, os sistemas ambientais, de saúde, alimentação, transporte e financeiros, cadeias de abastecimento, sistemas de informação e comunicação de hoje são complexos, fortemente acoplados, frágeis e claramente vulneráveis. Eles também criam vulnerabilidade em múltiplas escalas espaciais (de local a global) e em diferentes escalas de tempo (de imediato a semanal, mensal, decadal e além). Eles são desafiados por influências disruptivas, tais como surtos de doenças infecciosas, escassez de alimentos, agitação social, instabilidade política, instabilidade financeira e crescente desigualdade.

A pandemia global COVID-19 é uma manifestação complexa de risco sistêmico. Inclui elementos de surpresa e não linearidade. Como acontece com todos os eventos de risco complexos, fatores subjacentes significativos - desconhecidos ou subestimados - estão exacerbando os impactos imediatos e prolongados. Isso inclui condições de fundo e contextos relacionados à colocação de infraestrutura crítica, vulnerabilidades conhecidas, mas ignoradas dentro e entre os principais sistemas (incluindo motivadores de consumo de práticas de alto risco, por exemplo, na pecuária e mercados 'úmidos'), e falta de redundância na quantidade de sistemas limitados (como número de ventiladores, número de leitos de UTI, número de enfermeiras e médicos de UTI).

No sistema econômico globalizado de hoje, as redes de comunicação e comércio geraram sistemas sociais, técnicos e biológicos altamente interdependentes. Essas redes são construídas e têm incentivos embutidos para serem altamente eficientes e gerar ganhos econômicos. Esse foco estreito requer a eliminação de contextos e significa que muitas vezes há fragilidades não detectadas que produzem uma série de riscos sistêmicos variáveis.

Com efeito, por meio da interconexão global, a civilização humana se tornou um “superorganismo”, mudando o ambiente do qual evoluiu e induzindo novos perigos sem nenhum análogo - como a pandemia global COVID-19. Apesar das capacidades técnicas e analíticas e das vastas redes de informação sobre os sistemas sociais e terrestres, a sociedade humana é cada vez mais incapaz de gerir os riscos que criamos à escala do COVID-19; até a compreensão é um desafio.

Muitos daqueles em posições de influência e com autoridade para tomar decisões também demoraram a perceber que a degradação dos sistemas naturais da Terra está se tornando uma fonte de ameaça em grande escala, até mesmo existencial, que afeta os sistemas sociais frágeis em nível local, nacional, regional e escalas globais. Mudanças de longo alcance na estrutura e função dos sistemas naturais da Terra representam uma ameaça crescente à saúde humana. Enquanto a integração econômica global continua a fortalecer a resiliência a choques menores por meio de ajustes comerciais e outras medidas, estruturas de rede cada vez mais integradas estão criando vulnerabilidades em expansão a novos riscos sistêmicos como o COVID-19.

O comportamento dessas redes integradas e interdependentes define a qualidade de vida possível para bilhões de pessoas e molda as interações dinâmicas em toda a Estrutura de Sendai, a Agenda 2030, o Acordo de Paris, a Nova Agenda Urbana, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Agenda para Humanidade entre outros importantes acordos e processos intergovernamentais.

Em última análise, o comportamento desses sistemas de sistemas determina os contextos de exposição e vulnerabilidade das pessoas, economias e ecologias em todas as escalas. O potencial regenerativo dos sistemas sociais e naturais previstos nas agendas intergovernamentais alinhadas será melhor compreendido, e o progresso será acelerado em direção ao desenvolvimento sustentável informado pelo risco e à regeneração, incorporando o risco sistêmico e a oportunidade sistêmica no desenho de políticas e investimentos em todas as escalas.

O próximo artigo desta série explora a maneira como os riscos sistêmicos estão incorporados nas redes complexas de um mundo cada vez mais interconectado e interdependente e por que as abordagens atuais para compreender e gerenciar riscos exigem um repensar e redesenhar fundamentais na era dos riscos sistêmicos.

FONTE: <https://www.preventionweb.net/news/view/71228>



Uma cascata de COVID-19 e extremos climáticos exigem novos algoritmos para proteger as comunidades em risco

O COVID-19 desafia o próprio tecido das possibilidades, sobrevivência e necessidades humanas, ao mesmo tempo em que amplifica os impactos de qualquer crise em curso, especialmente aquela enfrentada atualmente pelo Sul da Ásia. Em um cenário de vulnerabilidades socioeconômicas críticas, a sub-região agora enfrenta a pandemia junto com eventos extremos como ciclones tropicais, riscos recorrentes de enchentes, bem como surtos de doenças transmitidas por água / vetores. A crescente complexidade dos

riscos em cascata está levando a maiores incertezas nas respostas das políticas. Dada a atual pandemia, a centralidade do setor da saúde na proteção de vidas é fundamental. No entanto, é urgente uma mudança de paradigma na resposta geral da política, onde todos os setores econômicos e sociais começam a contabilizar os riscos sistêmicos decorrentes de perigos biológicos e naturais.

Para isso, há três avanços importantes que apoiarão o curso futuro da cooperação regional para lidar com nossos dilemas comuns:

Os sistemas de saúde devem ser informados sobre os riscos

Os sistemas de saúde no sul da Ásia enfrentam um fardo triplo. A comunidade médica enfrenta o desafio de doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e doenças emergentes e reemergentes, juntamente com os impactos de desastres e a pandemia COVID-19. Em agosto deste ano, Mumbai recebeu 198 mm de chuva em quatro horas - a mais forte desde 2005. As enchentes no norte de Bangladesh deslocaram 2,2 milhões de pessoas no meio da batalha contra a pandemia. Os campos de refugiados de Cox's Bazaar, cheios de refugiados Rohingya, já estão à beira do colapso devido à pandemia - enchentes adicionais significando destruição iminente. Essas inundações generalizadas também estão expondo cada vez mais crianças com menos de cinco anos a doenças diarreicas. Agora, aqueles que foram transferidos para abrigos temporários devido à evacuação por inundação também correm o risco de sarampo além do COVID-19. Além disso, futuras situações de seca conduzirão o ciclo de desnutrição entre as populações rurais, prejudicando os esforços de desenvolvimento para erradicar a desnutrição aguda severa (SAM). Em enchentes, secas e pandemias, a saúde humana sofre uma surra, comprometendo o crescimento, afetando o sistema imunológico, aumentando os problemas de saúde mental e aprofundando as desigualdades existentes.

Apesar da situação atraente, os investimentos regionais no PIB para a saúde são extremamente baixos e o número de profissionais médicos treinados é muito pequeno para atender às crescentes necessidades da população e às demandas do setor de saúde. Para enfrentar esses desafios, é importante visitar o paradigma em que os sistemas de saúde operam e apresentar uma política que seja apoiada por um planejamento de saúde informado sobre o risco sistêmico em todos os níveis de atenção - tanto da perspectiva da política quanto da prática. As políticas de saúde e redução de risco de desastres simultaneamente devem envolver a construção de cenários de risco complexos que apoiem a segurança da saúde da comunidade, independentemente do perigo.

Novos procedimentos operacionais padrão devem ser desenvolvidos para levar em conta os riscos em cascata

Os sistemas de saúde atuais de todos os níveis na sub-região carecem de preparação holística informada sobre riscos para combater os riscos crescentes para as

peças. Preparar os profissionais de saúde não apenas a partir de uma perspectiva de cura de doenças, mas exigindo que a preparação para desastres seja o próprio ecossistema de sistemas de saúde informados sobre riscos, será a chave para implementar um protocolo operacional padrão renovado que não apenas atenda aos requisitos de cenários complexos e em cascata do futuro, mas também protegem os profissionais de saúde e aqueles que os procuram.

A medicina ensina os médicos em treinamento a inspecionar, palpar e auscultar o corpo humano, mas não ensina os médicos em treinamento como correlacionar o risco climático e a saúde humana, como implementar programas para reduzir a desnutrição e, ao mesmo tempo, lidar com enchentes e situações semelhantes à seca ou como navegar em sistemas baseados em doenças e desastres simultaneamente. Em um nível primário de atendimento, uma infraestrutura de saúde resiliente a desastres com oficiais médicos treinados e pessoal de ciências da saúde aliado deve ser estabelecida. No nível secundário de atendimento, a capacidade de abordar o risco biológico e natural localmente é crucial e, em um nível terciário, a capacidade de lidar com capacidades de surto com implantação imediata de processos improvisados pode fazer a diferença entre uma vida salva ou uma vida perdida .

A cooperação regional para o nexa clima-desastre-saúde é imperativa

Os graves impactos dos riscos em cascata sobre as pessoas exigem colocar os profissionais de saúde pública à mesa com os formuladores de políticas na redução do risco de desastres e nos setores econômico e social. A *Ásia-Pacífico Disaster Relatório 2019* introduziu um cenário de risco abrangente que inclui desastres extremos e de início lento, bem como pontos críticos de risco multi-perigo. É hora de redefinir a paisagem de riscos considerando um nexa desastre e saúde / pandemia. Uma melhor compreensão dos riscos em cascata ajudará a integração dos setores de gestão de desastres e saúde e levará a uma representação adequada do setor de saúde pública e ONGs relacionadas à saúde para lidar com o cenário de riscos complexo. A criação de uma nova abordagem para mitigar os riscos em cascata tripartite para o clima, desastres e saúde exige uma cooperação regional mais forte para mudar para um paradigma novo e mais holístico de construção de políticas. Só então podemos garantir que ninguém seja deixado para trás na era das crises em cascata.

FONTE: <https://www.unescap.org/blog/cascade-covid-19-and-climate-extremes-call-new-algorithms-protect-risk-communities#>

**Bulletin
of the
Atomic
Scientists** v

COVID-19 terá impacto insignificante na crise climática

Nota do Editor: Esta história foi publicada originalmente pelo [The Guardian](#) . Ele aparece aqui como parte da colaboração do Climate Desk .

Os bloqueios de coronavírus draconianos em todo o mundo levaram a quedas acentuadas nas emissões de carbono, mas isso terá um impacto "insignificante" na crise climática, com o aquecimento global reduzido em apenas 0,01 graus Celsius até 2030, concluiu um estudo.

Mas a análise também mostra que colocar as enormes somas de financiamento do governo pós-Covid-19 em uma recuperação verde e evitar os combustíveis fósseis dará ao mundo uma boa chance de manter o aumento das temperaturas globais abaixo de 1,5 graus Celsius. Os cientistas disseram que estamos agora em um momento de "tudo ou nada" para nos mantermos abaixo do limite - em comparação com os níveis pré-industriais - acordado pelos governos mundiais para evitar os piores efeitos do aquecimento global.

A pesquisa é baseada principalmente nos dados de mobilidade recentemente disponíveis do Google e da Apple. Isso fornece informações quase em tempo real sobre os padrões de viagens e trabalho e, portanto, dá uma ideia do nível de emissões. Os dados abrangeram 123 países que, juntos, são responsáveis por 99 emissões de combustíveis fósseis. Os pesquisadores descobriram que as emissões globais de dióxido de carbono caíram mais de 25 por cento em abril de 2020 e os óxidos de nitrogênio em 30 por cento.

Essas quedas mostram que mudanças rápidas no comportamento das pessoas podem fazer grandes diferenças nas emissões a curto prazo, mas os cientistas disseram que esses bloqueios são impossíveis de manter. Portanto, mudanças em toda a economia são necessárias para uma transformação para uma economia de emissões zero, como tornar os transportes, edifícios e indústrias mais verdes com energia renovável, hidrogênio ou capturando e enterrando dióxido de carbono.

"O efeito direto do bloqueio causado pela pandemia será insignificante", disseram os pesquisadores, cuja análise foi liderada pelo professor Piers Forster, da Universidade de Leeds. "Em contraste, com uma recuperação econômica inclinada para estímulos verdes e reduções nos investimentos em combustíveis fósseis, é possível evitar um aquecimento futuro de 0,3 graus Celsius até 2050."

A temperatura média global em 2019 estava 1,1 graus Celsius acima da média de longo prazo e, mesmo com as atuais promessas de corte de emissões, um aumento adicional de 0,6 graus Celsius é esperado até 2050. "Agora é tudo ou nada para a meta de 1,5 graus Celsius," Disse Forster. "Esta é uma oportunidade única em uma geração de realmente mudar a direção da sociedade. Não precisamos voltar para onde estávamos, porque os tempos de crise também são a hora de mudar".

Keith Shine, professor da Universidade de Reading e que não faz parte da equipe de estudo, disse: “É profundamente impressionante obter uma análise em tempo quase real do impacto climático [dos bloqueios].”

Shine disse que uma recuperação verde da pandemia é essencial para cumprir a meta do acordo climático de Paris: “O estudo mostra que, porque o dióxido de carbono é tão persistente na atmosfera, as reduções de emissões de curto prazo resultantes diretamente dos bloqueios da pandemia levam a reduções indetectáveis em aquecimento. É apenas por meio de mudanças sustentadas e radicais na maneira como usamos os combustíveis fósseis que podemos esperar cumprir a meta de Paris [acordo climático].”

A análise, publicada na revista *Nature Climate Change*, usou dados de mobilidade do Google e da Apple que rastreiam a localização de indivíduos. Isso foi usado para avaliar as mudanças nos níveis de transporte e trabalho em escritórios e fábricas e, em seguida, as emissões de dez diferentes gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos. Essas estimativas correspondem às medições disponíveis para alguns gases, como óxidos de nitrogênio, poluentes emitidos principalmente por veículos a diesel. A equipe presumiu que restrições significativas à atividade causadas pela Covid-19 permaneceram em vigor até o final de 2021. No entanto, usando modelos de computador, a equipe mostrou que isso produziria apenas uma pequena redução no aquecimento global de longo prazo.

Os cientistas também examinaram cenários de recuperação. Se a recuperação espelhar os investimentos feitos após a crise financeira de 2008 - que incluiu um grande apoio aos combustíveis fósseis - a temperatura global aumentará mais de 1,5 grau Celsius até 2050, o que os cientistas dizem que causará danos generalizados em todo o mundo.

No entanto, uma forte recuperação verde que investe 1,2 por cento do PIB global em tecnologias de baixo carbono - mais de US \$ 1 trilhão - e não apoia resgates para empresas de combustíveis fósseis provavelmente reduzirá o aquecimento em 0,3 grau Celsius, descobriram os cientistas.

Forster disse que os investimentos de recuperação que estão sendo feitos hoje estão apoiando tecnologias verdes e combustíveis fósseis. “Ainda está indo para os dois lados. Mas é importante tentar evitar todo pequeno aquecimento, então, se não mantivermos o aumento em 1,5 graus Celsius, ainda vale a pena chegar ao carbono zero o mais rápido possível.”

Jaise Kuriakose, da Universidade de Manchester, não envolvido no estudo, disse que as atividades das pessoas mudaram de maneiras anteriormente impensáveis, com a interrupção dos voos e a mudança para reuniões virtuais. “Isso sugere que há uma vontade pública de mudanças comportamentais para um estilo de vida mais sustentável e de baixo carbono”, disse ele. “[Mas] para tirar vantagem disso, mudanças estruturais e novas políticas são essenciais. Sem uma recuperação verde, é até desafiador cumprir a

meta legal de zero líquido do governo do Reino Unido até 2050, sem falar do ambicioso acordo de Paris. ”

FONTE:https://thebulletin.org/2020/08/covid-19-to-have-negligible-impact-on-climate-crisis/?utm_source=Newsletter&utm_medium=Email&utm_campaign=MondayNewsletter08172020&utm_content=ClimateChange_COVIDimpact_08172020

**Bulletin
of the
Atomic
Scientists**

O que uma pandemia pode nos ensinar sobre ameaças nucleares?

Quando Barack Obama se tornou o primeiro presidente dos EUA a visitar Hiroshima em 2016, ele declarou: “O progresso tecnológico sem um progresso equivalente nas instituições humanas pode nos condenar”. Essas palavras soam verdadeiras hoje. Aos 75th aniversários dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, estamos em outro momento de caos global e perda profunda.

Mais de 700.000 pessoas em todo o mundo morreram de COVID-19, incluindo mais de 160.000 nos Estados Unidos. O SARS-CoV-2 se espalhou como um incêndio em parte devido às viagens globais e domésticas tornadas muito mais fáceis pelo progresso tecnológico. Ao mesmo tempo, falhas em instituições humanas permitiram que o vírus crescesse fora de controle em vários lugares.

As lições aprendidas com essa pandemia justificam a necessidade de repensar a estrutura de segurança nacional dos Estados Unidos para decidir quais investimentos realmente melhoram a segurança nacional dos EUA e quais buscam vencer as guerras de ontem. Quem teria pensado que o equipamento necessário para combater um inimigo que já matou muito mais americanos do que morreu na Primeira Guerra Mundial não era o míssil Trident ou o bombardeiro B-1, mas máscaras faciais e ventiladores? Ou que os heróis que estão arriscando suas vidas este ano são trabalhadores da área de saúde e funcionários de mercearias?

Os Estados Unidos já aprenderam três lições importantes com sua resposta fracassada à pandemia que devem informar sua estratégia nuclear, para que não repitam erros semelhantes no futuro: investir na prevenção é fundamental; especialistas importam; e a América precisa se ajustar a um novo ambiente de comunicação.

Investindo na prevenção de catástrofes. Até 2017, os governos democrata e republicano compreenderam a importância de prevenir uma pandemia. Antes de deixar o cargo, a administração Obama criou a Diretoria do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca para Segurança de Saúde Global e Biodefesa. Em 2005, o presidente George Bush falou no National Institutes of Health e disse: “Se esperarmos o aparecimento de uma pandemia, será tarde demais para nos prepararmos”. Na verdade, uma das principais

razões para a existência dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças, que foi criado em 1946, é “detectar e enfrentar novos germes e doenças em todo o mundo para aumentar nossa segurança nacional”.

Infelizmente, a administração Trump eliminou a Diretoria do NSC para Segurança de Saúde Global e Biodefense em 2018. A administração se recusou a renovar o financiamento para um programa federal de detecção de pandemia em 2019. A administração também propôs cortes no orçamento para o CDC. E a administração Trump ignorou um guia passo a passo que a administração Obama criou sobre como prevenir uma pandemia.

As primeiras ações da China - suprimir informações sobre o SARS-CoV-2 e fornecer informações enganosas sobre o vírus - são indefensáveis. Ao mesmo tempo, a falta de preparo do governo Trump para a pandemia deixou os Estados Unidos de surpresa quando o vírus - como resultado de viagens aéreas globais - começou a chegar à América vindo da Europa. Ainda hoje, não existe uma estratégia nacional de teste, nenhum programa nacional de contato e rastreamento e nenhum gasoduto nacional para equipamentos de proteção individual, forçando hospitais e estados a competir entre si para garantir o EPI, às vezes a preços exorbitantes.

A prevenção é e sempre foi a melhor estratégia quando se trata de desastres, sejam eles na forma de doenças ou de guerra. Infelizmente, o atual governo tomou medidas que aumentam, em vez de diminuir, os riscos de uma guerra nuclear. De cortes e desordem no Departamento de Estado à retirada dos tratados de controle de armas para tornar mais fácil o uso de armas nucleares, os últimos anos foram um desastre para a prevenção de conflitos nucleares.

A defesa de um orçamento de segurança nacional unificado - que atinja o equilíbrio certo entre nossos instrumentos de poder diplomáticos, informativos, militares e econômicos para prevenir conflitos - nunca foi tão forte. Em vez disso, os orçamentos sob a administração Trump priorizaram os gastos militares sobre todos os outros instrumentos do poder nacional. Já podemos destruir o mundo várias vezes com nossas armas nucleares e convencionais. É hora de investir em nossos outros instrumentos de poder nacional.

Infelizmente, nos últimos anos, nossa capacidade diplomática diminuiu. Como membro do Comitê de Relações Exteriores da Câmara, vi como, sob a administração de Trump, o Departamento de Estado dos EUA foi destruído, à medida que funcionários saem e cargos ficam vagos; o moral caiu; e vários embaixadores e o Secretário de Estado foram investigados por comportamento impróprio ou ilegal. Precisamos reverter o curso e reinvestir em um corpo diplomático grande, profissional e ético.

Também vimos uma mudança infeliz em direção à política nuclear americana autônoma, que expande o risco de erro de cálculo e escalada. A retirada dos tratados de controle de armas nucleares e a expansão das capacidades de nosso arsenal nuclear são

desestabilizadores. As decisões do governo de Trump de retirar-se do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) no ano passado, de anunciar sua intenção formal de se retirar do Tratado de Céus Abertos este ano e de lançar as bases para permitir que o Novo Tratado START expire no início do próximo ano tudo isso equivale a uma política regressiva que aumenta as chances de um conflito nuclear.

Da mesma forma, a decisão do governo Trump de produzir novas ogivas de baixo rendimento aumenta o risco de uso de armas nucleares. E o uso de uma arma nuclear de baixo rendimento pode facilmente escalar um conflito para uma guerra nuclear total que não pode ser vencida. Essa é uma das razões pelas quais eu e outros membros do Congresso apresentamos o bicameral “Hold the LYNE Act” para proibir armas nucleares de baixo rendimento para mísseis balísticos lançados por submarino.

Em vez de se afastar de uma estratégia de prevenção, os Estados Unidos precisam mudar para uma. Uma das maneiras mais óbvias de uma guerra nuclear catastrófica começar é se um presidente lançasse um primeiro ataque nuclear. Em outubro de 2016, o senador Ed Markey e eu apresentamos a “Lei de Restrição do Primeiro Uso de Armas Nucleares” para mitigar essa possibilidade e reafirmar a autoridade para fazer a guerra que os autores da Constituição deram apenas ao Congresso.

O atual processo de aprovação do lançamento nuclear dá ao presidente autoridade exclusiva para decidir se e quando deve lançar um primeiro ataque nuclear. Nenhum membro do gabinete, do judiciário ou do Congresso é obrigado a se envolver nessa decisão. E uma vez que o presidente ordene o lançamento, a execução da ordem ocorreria assustadoramente rápido.

Os redatores da Constituição, no entanto, fizeram um grande esforço para colocar freios e contrapesos no presidente. Eles criaram um Poder Judiciário inteiro para fiscalizar o presidente. Eles criaram um poder legislativo para verificar o presidente. E então deu o poder mais sério que eles conheciam na época - o poder de declarar guerra - somente ao Congresso. Não há como os criadores autorizarem uma pessoa a lançar armas que podem matar centenas de milhões de pessoas em menos de uma hora e não convocar essa guerra.

Nossa legislação representa a visão dos autores e exige que o presidente obtenha autorização do Congresso antes de lançar um primeiro ataque nuclear (exceto nos casos em que outro país já lançou uma arma nuclear nos Estados Unidos). Nosso projeto de lei não apenas corrigiria um defeito constitucional, mas também reduziria o incentivo para outros países com armas nucleares atacarem os Estados Unidos.

Tendo servido na ativa na Força Aérea dos Estados Unidos, há muito entendi que países como a Rússia e a China têm a capacidade de aniquilar os Estados Unidos com suas armas nucleares. Uma razão pela qual eles não usam essas armas é o entendimento de que não

importa quantos mísseis eles lançem, os Estados Unidos têm uma capacidade robusta de segundo ataque que, em troca, os aniquilaria.

A destruição mutuamente garantida depende do fortalecimento das capacidades de segundo ataque; a opção do primeiro golpe não é apenas desnecessária, mas desestabilizadora. Se esses países acreditam que um presidente desequilibrado pode lançar rapidamente um primeiro ataque nuclear, seus cálculos mudam e eles são forçados a um cenário do tipo “use ou perca” com suas armas. Nossa legislação injeta os elementos cruciais de tempo e aprovação pelo Congresso para desacelerar qualquer escalada nuclear potencial.

Os Estados Unidos conheciam os riscos e não conseguiram evitar que o surto de um novo coronavírus se tornasse uma pandemia mortal. Não pode deixar de impedir que um conflito militar diplomático ou convencional se transforme em uma guerra nuclear cataclísmica. Os Estados Unidos precisam investir em diplomacia, parar de se retirar dos tratados de controle de armas e conter a produção de armas nucleares. Comprar novas armas nucleares não nos torna mais seguros; alianças fortalecidas e diplomacia priorizada sim. Há força em lidar com os problemas antes que eles surjam, e os Estados Unidos estão vivendo o que acontece quando a prevenção é subfinanciada ou ignorada.

O valor da experiência. Outra razão pela qual a América lidera o mundo em casos e mortes de COVID-19 envolve a falha de muitas pessoas, incluindo funcionários do governo, em ouvir os especialistas. No início deste ano, a administração Trump trabalhou com especialistas médicos e criou um conjunto de diretrizes para o coronavírus a serem seguidas pelos estados antes de reabrir empresas e outros aspectos da vida pública que eram restritos para retardar a disseminação do COVID-19. O que aconteceu? Muitos estados - e o próprio presidente - ignoraram essas diretrizes. O presidente tuitou várias vezes que vários estados deveriam “se libertar” e reabrir, embora nenhum desses estados atendesse às diretrizes de reabertura estabelecidas por seu próprio governo. Como resultado, os casos e mortes de COVID-19 começaram a aumentar novamente, e o vírus continua a aumentar em muitas áreas.

Especialistas médicos disseram repetidamente ao público americano para praticar o distanciamento social, usar máscaras em público e evitar áreas fechadas lotadas para ajudar a impedir a propagação do vírus. O que aconteceu? Vários americanos se recusaram a usar máscaras em público, e o presidente passou os primeiros meses críticos da pandemia depreciando aqueles que usavam máscaras. Não foi até recentemente que o presidente mudou e finalmente disse que as pessoas deveriam usá-los. Vários americanos se envolveram em comportamentos perigosos, como ir a bares, festas em locais fechados e uma reunião presidencial em locais fechados, onde o distanciamento social não era observado e as máscaras não eram exigidas.

De muitas maneiras, essa pandemia nos ensinou exatamente o que não fazer em um mundo com armas nucleares, onde o Relógio do Juízo Final diz que faltam 100 segundos

para a meia-noite. Precisamos parar de rejeitar a ciência. Precisamos nos preparar para os piores cenários. Precisamos ouvir os especialistas gritando do topo das montanhas que não estamos fazendo o suficiente. No início deste ano, alguns argumentaram que uma resposta robusta à pandemia faria o público pensar que o governo estava reagindo de forma exagerada. No caso de um conflito nuclear potencial, não existe preparação excessiva.

Especialistas na academia, no setor privado, no governo e no *Bulletin of the Atomic Scientists* forneceram inúmeras recomendações de bom senso sobre como prevenir um conflito nuclear, desde o fortalecimento dos sistemas de comando e controle até a redução da proliferação nuclear. Devemos ouvi-los. Se o povo americano escolher um novo presidente em novembro, uma das primeiras ordens de negócios deve ser reinvestir no Departamento de Estado, colocar os Estados Unidos de volta em tratados de controle de armas e interromper a produção de armas nucleares de baixo rendimento. E, claro, garantir que a “Lei de Hold the LYNE” e a “Lei de Restrição do Primeiro Uso de Armas Nucleares” se tornem lei.

Adaptando-se a um novo ambiente de comunicação. O progresso tecnológico é uma faca de dois gumes. Obviamente, foi o progresso tecnológico que resultou nas armas nucleares. A facilidade de viagens globais e domésticas possibilitadas pela tecnologia - de aeronaves confortáveis e rápidas a sites de reservas online - é o que rapidamente transformou o novo coronavírus em uma pandemia mundial. Ao mesmo tempo, é a ciência e a tecnologia que um dia nos dará uma vacina ou terapia medicamentosa para deter a pandemia.

Na área de comunicações, a tecnologia avançou tão rapidamente que nossas instituições e cidadãos foram pegos de surpresa. Por exemplo, pode ser difícil saber se uma postagem no Facebook foi escrita por um americano em seu estado - ou um agente russo no Kremlin. Autoridades americanas alegaram que a Rússia está participando ativamente de campanhas de desinformação sobre o COVID-19 na América, bem como de hackear centros de pesquisa do COVID-19. E com a existência de tecnologia profundamente falsa, é quase impossível para os americanos comuns saber se um vídeo que estão assistindo é realidade ou fantasia.

Informações falsas sobre o vírus - sejam criadas intencionalmente ou não - normalmente aparecem em várias plataformas de mídia social. O presidente - com mais de 84 milhões de seguidores no Twitter - tweetou ou retuitou repetidamente informações enganosas sobre o COVID-19. Em nosso ambiente de comunicação atual, uma mentira disfarçada de fato ou um vídeo manipulado pode atingir centenas de milhões de pessoas em segundos. Adicione o fato de que contas de mídia social de alto perfil foram recentemente hackeadas, e é fácil imaginar situações potencialmente perigosas quando se trata de conflito nuclear.

O que acontecerá se um hacker assumir o controle da conta do presidente no Twitter e postar um tweet que leva os líderes estrangeiros a acreditar que o presidente ordenou um primeiro ataque nuclear? Ou se o hacker usar a função de mensagem direta do Twitter, para que ninguém saiba, exceto as pessoas que recebem a mensagem direta? E se alguém postar um vídeo falso da Coreia do Norte lançando um míssil nuclear no Havaí? E se o Havaí emitir um alerta de míssil nuclear da Coreia do Norte que foi instantaneamente para todos os celulares?

Oh espere, aquele último aconteceu. E isso causou pânico em muitas pessoas no Havaí. Alguns carros supostamente aceleraram até 160 quilômetros por hora depois que o alerta foi emitido. Os turistas em Kaneohe teriam sido levados para um bunker nas montanhas. Os oficiais do torneio de golfe Sony Open PGA Tour em Oahu evacuaram o centro de mídia, enquanto a equipe procurava cobertura no vestiário dos jogadores. Um homem sofreu um ataque cardíaco depois de dizer o que considerou ser sua última despedida de seus filhos após o alerta. E o sistema de chamadas 911 estava sobrecarregado, com muitas chamadas impossibilitadas de atender.

Os avanços tecnológicos nas comunicações resultaram em pelo menos duas consequências: uma, as informações, sejam verdadeiras ou falsas, podem ser distribuídas para uma grande quantidade de pessoas quase instantaneamente, e duas, é bastante fácil criar informações falsas que pareçam verdadeiras. A primeira consequência não será corrigida, porque muitas vezes há mérito em ser capaz de alcançar muitas pessoas muito rapidamente. Corrigir a segunda consequência requer alguma combinação de conhecimento de mídia e melhor segurança cibernética. Ambas as consequências sugerem que injetar mais tempo e autorização do Congresso em situações nucleares é o que é necessário em nosso admirável mundo das comunicações avançadas.

Acorde. A resposta falhada dos Estados Unidos à pandemia deve servir como um alerta para nossa nação de que nos tornamos complacentes em áreas críticas da segurança nacional. Na medida em que havia um componente nuclear na guerra global contra o terrorismo, era o medo de uma rede terrorista adquirir uma arma nuclear, contrabandear para os Estados Unidos e detoná-la. Com a mudança da Estratégia de Segurança Nacional de 2017 para uma competição de grande potência, agora voltamos nossa atenção para duas potências nucleares com sistemas de entrega avançados e histórico de comportamento descarado. Não podemos esperar antes de investirmos capital diplomático sério para garantir que nenhum de nossos conflitos com a China ou a Rússia chegue a uma guerra nuclear.

Retirar-se dos tratados de controle de armas e comprar armas nucleares mais fáceis de usar não nos tornará mais seguros contra conflitos nucleares. Fortalecer nossas alianças - nossa maior vantagem competitiva sobre nossos adversários - e aparecer para liderar esforços diplomáticos coordenados. Ao mesmo tempo, podemos reduzir o risco de conflito nuclear exigindo que o presidente - qualquer presidente - busque autorização do Congresso antes de lançar um primeiro ataque nuclear.

Também precisamos ouvir especialistas. Para evitar um desastre catastrófico - seja uma pandemia ou um conflito nuclear - precisamos parar de rejeitar os fatos e a ciência. Infelizmente, o novo mundo das comunicações instantâneas pode tornar mais difícil determinar a verdade. As autoridades governamentais e o público precisam se ajustar a esse novo ambiente. Vidas estão em jogo.

FONTE: https://thebulletin.org/2020/08/what-can-a-pandemic-teach-us-about-nuclear-threats/?utm_source=Newsletter&utm_medium=Email&utm_campaign=MondayNewsletter08102020&utm_content=NuclearRisk_PandemicNuclear_08072020

EVENTOS



Nota de conceito - Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres 2020

A Assembleia Geral das Nações Unidas designou 13 de outubro como o Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres para promover uma cultura global de redução do risco de desastres. É uma oportunidade de reconhecer o progresso que está sendo feito em direção à redução do risco de desastres e perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, de acordo com a Estrutura Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 adotada na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres no Japão em março 2015. A Estrutura Sendai tem sete metas estratégicas e 38 indicadores para medir o progresso na redução do risco de desastres e perdas. Esses indicadores alinham a implementação da Estrutura de Sendai com a implementação dos ODS e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

FONTE: https://www.preventionweb.net/publications/view/73197?&a=email&utm_source=pw_email

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>